

SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE AOS PROGRAMAS DE COLETA DOMICILIAR URBANA

ANA LUIZA BERTANI DALL'AGNOL¹; CARLIANA ROUSE FAVRETTO² CAUANA SCHUMANN³; GUSTAVO FARIAS LIMA⁴; ÉRICO KUNDE CORRÉA⁵; MAURIZIO SILVEIRA QUADRO⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – analu_bda@yahoo.com.br*

²*Universidade Federal de Pelotas – carlianafav@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – cauana.schumann@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – limagustavo416@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – ericokundecorrea@yahoo.com.br*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – mausq@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto 7.404 de 23/12/2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, fica estabelecida a diferença entre resíduo e rejeito, incentivando, assim, a criação de políticas de reciclagem e reaproveitamento de resíduos e disposição final apenas dos rejeitos. A partir disso, um fator estratégico para a consolidação de tal política é a implantação da coleta seletiva nos municípios, sendo que esta deve iniciar no local de origem, com a correta segregação dos materiais descartados.

Segundo esta mesma Lei, ainda, fica prevista a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos por parte do governo federal, bem como as esferas estaduais e municipais devem executar seus planos a fim de melhorar o gerenciamento dos resíduos gerados e também garantir o repasse de verbas.

A implantação da coleta seletiva em todos os âmbitos envolvidos fica incluída no processo de elaboração dos referidos planos, sendo uma alternativa, juntamente com a logística reversa, para diminuição da quantidade de materiais que são enviados para disposição final em aterros sanitários. Por conta disso, o programa se enquadra nas metas de redução, reutilização, e reciclagem proposta na PNRS.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2008, do total de 5562 municípios brasileiros que contavam com manejo de Resíduos Sólidos, apenas 994 possuíam programa de coleta seletiva (IBGE, 2008), o que representa um déficit de 82%, evidenciando uma lacuna no gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos neste sentido.

O objetivo do trabalho foi avaliar a situação dos municípios frente às políticas de coleta de resíduos sólidos domiciliares, realizadas em municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Para a realização do trabalho foram avaliados os municípios de Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Capão do Leão, Herval, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul, todos pertencentes à região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Para a determinação da situação do sistema de coleta domiciliar foi elaborado um questionário com questões relacionadas à gestão de resíduos sólidos e este instrumento de pesquisa foi formulado de maneira a contemplar perguntas abertas e de múltipla escolha. O questionário foi aplicado aos gestores

públicos responsáveis pelos resíduos sólidos dos municípios estudados através de entrevista face-a-face.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista o predomínio de ausência de coleta seletiva nos municípios brasileiros (IBGE, 2008), verifica-se uma carência neste processo, podendo tal ser explicado por diversos fatores. Sendo assim, o trabalho teve o propósito de avaliar, além da existência deste tipo de coleta nos municípios abordados, quais são os entraves encontrados pelos gestores para implantar tal programa.

Com a aplicação do questionário direcionado aos gestores públicos dos municípios, foram obtidos os resultados apresentados a seguir.

Quando indagados sobre os problemas relativos à coleta domiciliar urbana, 69% dos entrevistados apontaram a falta de educação ambiental da população e 31% indicaram disposição irregular de Resíduos Sólidos. Os entrevistados evidenciam que a população não colabora com a segregação, além de dispor em seus resíduos em locais impróprios, mesmo havendo o programa de coleta no município. Outros 31% consideram que a ausência/ineficiência de coleta seletiva é um obstáculo para o bom andamento da coleta domiciliar. Já 15% dos gestores declaram que a falta de lixeiras e o despreparo da equipe de coleta é um fator problema. Foi constado, ainda, que a falta de gestão, a falta de coletores, o horário da coleta, a deficiência da coleta na zona rural e a dificuldade de acesso em dias de chuva foram apontamentos de 8% dos participantes, que consideram estes impedimentos para o bom funcionamento do sistema de coleta.

Quanto à existência de plano de gerenciamento de resíduos sólidos nos municípios, foi constatado que apenas um deles possui, um não possui e os outros onze, que representam 85%, afirmam que o referido plano está sendo elaborado. Como indicado, a maior parte dos municípios possui processo de elaboração do plano, o qual tem como uma de suas metas a necessidade de se implantar a coleta seletiva. Dessa forma, é possível inferir que as cidades participantes que ainda não contam com programa de coleta seletiva devem trabalhar nesse sentido conforme implantarem os referidos planos.

Foi observado, sobre a existência de coleta seletiva, que 54% dos municípios possuem e a mesma é realizada há menos de um ano em 14% dos casos, entre dois e cinco anos para 57% e há mais de cinco anos para 29%. Levando em consideração os dados do IBGE a respeito da ausência de coleta seletiva em 82% dos municípios brasileiros em 2008, a pesquisa realizada com os treze municípios demonstra que, para estes, houve um maior percentual de existência de coleta seletiva. O fato está associando a uma presença mais efetiva desse sistema na região sul do Brasil, como apontado pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB, que indica que 27% dos municípios dessa região possuem coleta seletiva e esse número sobe para 33% quando se trata apenas do estado do Rio Grande do Sul. (IBGE, 2008). Ainda, deve-se levar em conta a evolução de 2008 até o ano atual, bem como as políticas públicas adotadas desde então, que incentivam os governos municipais a gerenciarem seus resíduos de maneira adequada.

Dentre as cidades que possuem coleta seletiva, foi verificado que em 57% dos casos, ou seja, em quatro dos sete municípios, ela abrange toda a zona urbana. Já, para outros 57% o serviço não atende a zona rural. Apesar do predomínio da existência de coleta seletiva nos objetos estudados, em grande parte a zona urbana não é contemplada com o serviço e em alguns casos nem mesmo a totalidade da área urbana é atendida. Esta condição evidencia uma

lacuna no sistema, o que contribui para sua ineficiência. O mesmo acontece na Região Sul do Brasil, que em 2008, para o total de município com serviço de coleta seletiva, 45,4% atendiam todo o município e 42% alcançavam toda a área urbana. Para o estado do Rio Grande do Sul, esses números sobem para 47% e 44%, respectivamente. (IBGE, 2008).

A respeito da avaliação pessoal sobre a coleta seletiva de seus municípios foi apurado que a maioria dos entrevistados considera a coleta de sua cidade ineficiente, sendo esse valor composto por 43% dos gestores. No entanto, 29% consideram-na como boa, enquanto outros 29% julgam que o programa é regular. Apesar disso, foi averiguado que nenhum dos gestores municipais indicou o programa como ótimo, o que sugere que existem deficiências a serem sanadas em todos os municípios participantes.

Independentemente de ter implantado ou não a coleta seletiva, os participantes apontaram quais são as dificuldades encontradas para aderir a este sistema. Sendo assim, 46% dos gestores públicos consideram a educação ambiental como uma complicação, salientando a falta de interesse da população em participar do programa, principalmente com a segregação dos resíduos gerados. Tal fator contribui significativamente para a ineficiência da coleta seletiva, uma vez que, para que a mesma funcione, os resíduos devem ser previamente separados em seu local de origem para manter a integridade e potencialidade de serem reutilizados e reciclados, como prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos. (BRASIL, 2010). Sobre o mesmo tema, ainda, 38% dos entrevistados indicaram que existe dificuldade na formação de cooperativas/associações de catadores a serem inseridos no programa de coleta, fator este de suma importância, visto que a política vigente estimula a inserção destes trabalhadores na coleta seletiva. Outros 23% dos participantes julgam que a falta de interesse da administração e também a falta de recursos, enquanto 15% indicam a falta de secretários como empecilho. Já, para 8% dos gestores a falta de veículos, a falta de equipe técnica, a falta de local para realizar a triagem dos materiais e o crescimento do município são problemas relacionados. Outros 15% não informaram a respeito do assunto.

Foi averiguado que os gestores indicaram diversas vezes a falta educação ambiental como condição para a ineficiência dos programas de coleta de resíduos sólidos. Quando a este tema, atividades de educação ambiental também estão previstas para serem realizadas no decorrer dos processos de elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2011), com o intuito de assegurar o sucesso do conjunto total de ações desenvolvidas nestes planos, juntamente com outros processos.

4. CONCLUSÕES

É possível evidenciar que existem carências referentes à coleta domiciliar urbana e que elas estão relacionadas com a educação ambiental, que indiretamente influencia na disposição irregular de resíduos sólidos, gerando assim ineficiência de gestão.

A maioria dos municípios avaliados oferece serviço de coleta seletiva à população, embora a mesma não seja considerada eficiente pelos gestores. Quanto à coleta seletiva, existe deficiência tanto a respeito da totalidade da cobertura na área urbana dos municípios quanto sobre a existência do serviço na zona rural.

Segundo a maioria dos gestores municipais, os principais obstáculos de se aderir ao programa de coleta seletiva estão associados à falta de educação

ambiental e à dificuldade de se formarem associações e cooperativas de catadores, além de problemas relacionados com a falta de interesse da administração e de equipe de trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Guia para elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos.** Brasília-DF, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Versão Preliminar. Brasília-DF, 2011.

CHAGAS, A. T. R. **O questionário na pesquisa científica.** Revista Administração on-line – prática, pesquisa, ensino. Revista digital mantida pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. Vol. 1, no . 1, 1o. trimestre de 2000. Acessado em 17 jul. 2015. Online. Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.** Rio de Janeiro, 2010.

PIANA, M. C. A pesquisa de campo. In: PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Editora UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Cap.5, p.167-210.